

A FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MARCELINO VIEIRA

Aparecida Suiane Batista Estevam¹; Bruna Bonivais de Oliveira²; Nyanne Costa Rocha³

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - suianebatista@gmail.com¹; Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - brunabonivais@gmail.com²; Mestranda em Educação- POSEDUC Universidade do estado do Rio Grande do Norte - nayannerocha@hotmail.com³

Resumo: Este artigo tem por finalidade refletir sobre a formação e a qualificação dos profissionais da educação, a pesquisa foi realizada no município de Marcelino Vieira/RN, sendo assim, objetivamos conhecer as políticas empreendidas pelo município de Marcelino Vieira/RN no âmbito da valorização do magistério, além de conhecermos como acontece a implementação de ações voltadas para a melhoria salarial e condições de trabalho do (a) professor (a), tendo como parâmetro a reformulação do PCCS e pagamento do PISO Salarial. As discussões sobre formação/qualificação versus condições de trabalho oscilam continuamente, por esse motivo consideramos importante destacar como um sujeito se torna professor e qual a importância que este dá a qualificação no decorrer de sua profissão, não deixando de lado as ações voltadas para as melhorias salariais e de condições trabalhistas. Nessa perspectiva, tendo em vista os objetivos previamente apresentados, realizamos um levantamento de referenciais teóricos que nos ajudaram a fundamentar o que aqui vem sendo discutido, além disso foi realizada entrevista com uma professora da rede pública municipal de ensino da cidade de Marcelino Vieira/ RN, mediante a qual podemos perceber que a desvalorização da docência está explícita e que tal classe enfrenta a cada dia, mais dificuldades, sendo que por um lado, está a sociedade que repreende e os órgãos estatais que não investem-na categoria, por outro lado estão os educadores enfrentando uma “prova de resistência” para permanecerem atuando nas salas de aulas e garantirem seus direitos.

Palavras-chave: Formação, Valorização, Professor.

Introdução

O presente estudo tem por finalidade refletir sobre a formação e a qualificação dos profissionais da educação, visando prioritariamente os professores, além disso, objetivamos conhecer as políticas empreendidas pelo município de Marcelino Vieira/RN no âmbito da valorização do magistério, além de conhecermos como acontece a implementação de ações voltadas para a melhoria salarial e condições de trabalho do (a) professor (a), tendo como parâmetro a reformulação do PCCS e pagamento do PISO Salarial.

Diante da temática, buscamos compreender e refletir sobre as exigências que o mercado aos poucos foi incorporando no que se refere a qualificação dos docentes, já que quando revirmos a história desses profissionais percebemos que a princípio estes, não precisavam de um curso superior para assumir o magistério, mas apenas competências básicas como saber ler, escrever e contar. Diante disso, percebemos que o se constituir profissional da educação foi e ainda pode se dizer que é muito difícil, pois os empecilhos são muitos, a começar pela falta de uma boa qualificação profissional, que envolve outros aspectos fundamentais como: professores

especializados nas mais diversas áreas de ensino, universidades com boas estruturas físicas, salários bases e carga horária máxima dentro do estabelecido por lei, entre outros.

Metodologia

Tendo em vista os objetivos propostos inicialmente, consideramos importante realizarmos um levantamento de discussões teóricas para que houvesse conseqüentemente uma maior sustentação naquilo que nos propomos a discutir inicialmente. Para isso nos desfizemos de conhecimentos advindos do senso comum, no qual realizamos uma pesquisa bibliográfica e de cunho qualitativo, objetivando obter uma visão geral do objeto de estudo definido, pois conforme afirma (GONÇALVES, 2001, p. 65) a pesquisa bibliográfica é “[...] aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com o objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno”. Nessa perspectiva, citamos discussões de alguns autores como por exemplo, AGUIAR (2011), que desenvolve pesquisas na área de Educação com destaque em Política educacional e formação de profissionais da educação e FRIGOTTO (2009) que discute a educação pública no atual contexto brasileiro no qual nos encontramos.

Além do levantamento bibliográfico, realizamos uma entrevista como técnica para analisar os dados coletados, objetivávamos obter informações acerca do nosso objeto de estudo junto a uma professora da rede municipal de ensino da cidade de Marcelino Vieira/RN, questionando-a inicialmente acerca da sua formação enquanto professora e o seu olhar sobre a implementação de ações voltadas para a melhoria salarial e condições de trabalho, tendo como parâmetro a reformulação do PCCS e pagamento do PISO Salarial.

Portanto, consideramos que o presente estudo é de abordagem qualitativa, tendo em vista que não buscamos apenas quantificar dados, mas compreender todo o processo de lutas, conquistas e retrocessos acerca da formação e qualificação dos educadores através do diálogo travado com os teóricos e o objeto de estudo do referido artigo.

Resultados e discussão

UMA REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES

Nas últimas décadas o debate sobre a formação e valorização dos profissionais da educação vem se intensificando ainda mais e conseqüentemente tornando-se mais complexo, já que existem inúmeros problemas socioeducacionais contemporâneos, além do papel centralizador que é atribuído a educação no que diz respeito ao desenvolvimento da sociedade. Nessa perspectiva

afirma Aguiar (2001, p. 264) “[...] a temática da formação e valorização dos profissionais da educação esteve presente no debate das políticas educacionais e na legislação educacional, abrangendo três subtemáticas: formação inicial, formação continuada e condições de trabalho dos profissionais da educação [...]”.

Sendo assim, para se chegar a tamanha repercussão e discussão do tema necessitou-se de intensos movimentos por partes dos educadores, com isso conseguiram chamar a atenção dos governantes, levando a construção do PNE (Plano Nacional da Educação) 2001-2010, que tinha entre os seus objetivos elevar o nível de escolaridade da população e melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis.

Tendo em vista que os profissionais da educação e mais especificamente os professores, são agentes únicos e insubstituíveis no processo de formação de qualquer indivíduo e que enfrentam situações árduas e conflitantes em toda trajetória de sua profissionalização, o governo federal desenvolveu ações que objetivava melhorar a formação e valorização dos professores da educação básica. Já que de acordo com (BRASIL/MEC/Inep, 2010) a crença de que o papel do professor, é ser um protagonista capaz de se esforçar e promover a igualdade e a melhoria na educação ainda prevalece na sociedade atual.

Quando analisamos por essa ótica, os professores teriam um papel tão crucial na transformação da sociedade que a sua formação inicial e continuada se tornaria neste contexto questão de interesse do governo em todas as esferas administrativas. Segundo Aguiar (2001, p. 265) “Havia um reconhecimento de que a formação era necessária, de um lado, para assegurar a profissionalização e a valorização dos profissionais da educação, e, de outro, que teria repercussões para a melhoria dos processos escolares [...]”. Ou seja, um profissional quando bem “assistenciado” teria mais motivação para se empenhar e ser mais “produtivo” para a sociedade, já que este estaria cumprindo sua função de forma adequada.

Embora a profissão do professor seja árdua e rodeada de dificuldades, este profissional não deve exercer sua profissão somente por exercer. É necessário, irmos além daquilo que nos é ofertado; é necessário que sejamos sujeitos ativos no processo educativo; é preciso que transformemos a nossa realidade crítica em algo mais alegre; é necessário ainda que busquemos nos qualificarmos/atualizarmos diariamente, para que só assim consigamos transformar a nossa prática pedagógica em algo mais moderno e criativo, capaz de despertar nos educandos a vontade de ser autor de sua própria história, capaz de formar um cidadão que reflita sobre suas ações sociais e as transforme quando necessário .

FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PROFESSORES

A formação e o trabalho docente são questões importantes, tendo em vista que os educadores devem estar conscientes de que o seu processo formativo deve ser contínuo e estar relacionado ao seu dia a dia. Segundo Nóvoa (2002 p. 23) “O aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente, e a escola como lugar de crescimento profissional permanente”. Ou seja, o aprendizado se constrói cotidianamente, nas trocas de experiências, de forma coletiva, seja entre os próprios colegas de trabalho, ou entre os professores e os alunos. A formação de um professor não inicia apenas na universidade, ao contrário inicia-se no contato com o outro, com a família, com os diferentes espaços sociais e culturais que se frequenta, já que é na troca dessas experiências que se consolidam os espaços de formação partilhada e o educador é chamado a ser não somente formador, mas também formando/aprendiz.

Há tempos que se fala em uma educação de qualidade para todos, porém para que isso venha acontecer é necessário que todos se comprometam e se responsabilizem por tais mudanças, pois a escola e o professor sozinho infelizmente não “salvam a pátria”, pois não dão a estes, condições necessárias e favoráveis para tal expectativa. Sabemos que muito já se foi conquistado no que diz respeito a educação, principalmente relacionado a formação do educador, já que antes não se exigia uma qualificação adequada para exercer a função do magistério e hoje estes profissionais de acordo com a LDBN precisam dessa formação adequada para poder lecionar. Porém vale a pena ressaltar que esta, assim como tantas outras conquistas, foram adquiridas por meio de intensas lutas travadas pelos educadores.

A tarefa do professor, muitas vezes torna-se difícil e conflituosa devido os diferentes grupos socializadores existente dentro de um mesmo espaço, para amenizar e tornar menos árdua a profissão, este deve realizar um trabalho interativo sem esquecer dos saberes formalizados e sistemáticos, para isso é necessário um investimento interno – do próprio educador, mas principalmente um investimento externo – de outrem, que no caso do professor é o Estado, tendo em vista que este último deveria contribuir para o aperfeiçoamento da prática docente e a formação de professores, contribuindo conseqüentemente com a qualidade da educação, cuja função ainda é a de: transformar a sociedade. Dessa forma,

[...] A aprendizagem dos professores não começa no primeiro dia de sua formação como professor. Começa em sua infância, no lar e quando esse futuro professor vai à escola. O mau sistema escolar forma não só maus alunos, como maus professores que, por sua vez, reproduzirão o círculo vicioso e empobrecerão cada vez mais a educação (FRIGOTTO 1991, p.131).



Ou seja, ainda se ver necessário a reorganização e o “repensar” a escola, a formação dos professores, e mais ainda refletir no quão a escola em si com suas práticas afetarão os educandos. Reconhece-se neste sentido a importância da escola e mais especificamente do professor na vida do aluno, pois é este que está em contato direto e constante com aluno. Então, se enquanto professores, temos uma qualificação fragilizada estaremos contribuindo para o empobrecimento da educação.

No entanto, investir somente na formação e na qualificação do professor não é o suficiente para a melhoria do ensino, além de disso, é preciso que haja um desenvolvimento de políticas públicas que visem melhorar todo o sistema educacional, desde: os servidores, recursos didáticos, infraestrutura, pois tudo isso contribui para a melhoria do interesse e do desempenho do aluno na escola. Além disso, faz-se necessário o envolvimento da família, da escola e da comunidade em geral, pois isso também interfere no processo de aprendizagem do aluno, já que este possui uma socialização extraescolar.

CONHECENDO O PNE

O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional. Neste sentido vale ressaltar, que os direcionamentos do PNE 2001-2010, teve como principal objetivo a melhoria da formação e valorização dos profissionais de educação em particular os professores de educação básica. O PNE 2001-2010 previa: “[...] Garantir, igualmente, os novos níveis de remuneração em todos os sistemas de ensino, com piso salarial próprio, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, assegurando a promoção por mérito”. (BRASIL/MEC/Inep, 2010, p.607)

A escola e o ensino em si, tornaram-se bastante procurados, com isso, surge a necessidade de investir em uma formação inicial e continuada dos professores, já que estes são vistos como fundamentais no processo formativo da sociedade. Então, neste caso há um reconhecimento, de que a formação, o aperfeiçoamento e ampliação das oportunidades seria necessária para que houvesse uma alavancada na educação.

Embora, muito já se tenha alcançado no que diz respeito a valorização da educação, vale ressaltar que houve a necessidade de efetivar novas políticas educacionais direcionadas à garantia de qualidade social e democrática, tendo em vista uma nova discussão com vista a construção de um novo PNE como política de Estado pela Comissão Nacional Organizadora (CONAE). Dentre algumas diretrizes, destacamos alguns referentes a formação e valorização dos profissionais de educação:

Definição de parâmetros e diretrizes para formação e qualificação dos profissionais de educação; Estabelecimento de metas e estratégias que garantam condições salariais e profissionais aos profissionais da educação, em sintonia com as Diretrizes Nacionais de Carreira e piso salarial nacional, estabelecidos em lei (BRASIL, 2010).

Assim, percebemos que muito tem se lutado em busca de melhorias para a valorização e qualificação dos professores, porém é necessário que essas diretrizes postas em lei, mas que escritas possam ser aplicadas na prática. Os professores assim como qualquer outro profissional, precisa de aperfeiçoamentos para realizar as suas práticas pedagógicas de forma somativa na vida do aluno, precisa de condições dignas de trabalho, para que consequentemente a sociedade possa ser palco de transformação. Neste caso, entendemos que o PNE é uma política de Estado que visa o cumprimento de metas e objetivos, porém, atualmente corre o risco de ser congelada devido a “falta de democracia” que estamos vivenciando em nosso país, mas vale salientar que enquanto educadores não podemos desistir do único meio de “salvar” a pátria da alienação.

VALORIZAÇÃO/RECONHECIMENTO: PCCS E PISO SALARIAL

O Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) é um conjunto de regras e normas, que estabelece os mecanismos de gestão de determinado órgão, sistema ou empresa. O mesmo propõe equilibrar os salários, elaborar planos de carreira a fim de contribuir com o desenvolvimento profissional, analisar os elementos que compõe a remuneração, como por exemplo, o salário básico, as gratificações e os benefícios.

De acordo com Aguiar (2011, p. 266),

Ao lado das ações pedagógicas de caráter formativo, observa-se o desenvolvimento de políticas que contemplam a melhoria das condições de trabalho [...] impulsionadas, sobretudo, pelas demandas e pressões políticas de várias entidades, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNTE). [...] consistiu na permeabilidade às demandas dos setores organizados da sociedade e que evidencia na abertura da agenda às questões candantes da área como se constata na articulação da SEA/MEC com os movimentos sociais no processo que culminou na aprovação, pelo Congresso Nacional, do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica [...] (AGUIAR, 2011, p. 266)

Ou seja, o piso salarial não foi alcançado instantaneamente, mas foi e é resultante de intensas lutas travadas pelos educadores e por aqueles que acreditam que é necessário maiores investimentos e uma maior valorização no que diz respeito a estes profissionais, principalmente por se tratar de professores.

Em 16 de julho de 2008 foi aprovada a Lei nº 11.738, que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, porém esta lei passou a ser válida a partir de 27 de abril de 2011, quando o Supremo Tribunal Federal reconheceu sua constitucionalidade, obrigando a todas as entidades federativas o cumprimento da lei. Tal aprovação, faz reconhecermos que embora a passos lentos, houve uma valorização no que se refere ao professor, já que dá a este, a alternativa de desenvolver melhor o seu trabalho, o incentiva/motiva a permanecer na profissão.

O Piso Salarial Profissional Nacional, vem a ser considerado uma medida urgente, pois não soluciona todos os problemas educacionais, mas ameniza-os, já que proporciona ao professor uma maior valorização do seu trabalho; melhor salário; melhor qualidade de ensino, além de o oferecer a oportunidade de aumentar o seu status social. É uma medida urgente, pois a má qualidade de ensino não é consequência somente da baixa remuneração do professor, mas de outros fatores como: má condições de ensino, extensas jornadas de trabalho, falta de planejamento e etc., são esses fatores que somados a pouca valorização que contribuem com o mal funcionamento do ensino.

A aprovação da lei que valida o piso, exige que este não seja pago abaixo do exigido, porém infelizmente devido à grande desigualdade no Brasil, alguns municípios pagam mais que o estabelecido em lei e outros não conseguem nem mesmo atingir a meta, além disso, exige também que parte da carga horária do professor seja destinada ao planejamento. Nessa perspectiva, percebemos que essa conquista é uma luta histórica, tendo em vista que ao destinar parte da carga horária para o planejamento, o professor com ajuda de uma coordenação pedagógica melhora a qualidade do ensino, pois procurará se qualificar, aperfeiçoar suas técnicas, inovar suas metodologias e ser por fim, um professor em construção, que vai além dos muros da escola, que ultrapassa os limites em busca de uma nova educação.

A qualificação e a valorização dos profissionais de educação, mais precisamente dos professores nunca foram prioridade para os nossos governantes já que segundo Melchior (1980) “Quando gastamos com prédios, aumentamos a Renda Nacional e, ao contrário, quando pagamos os salários dos professores ou o seu aperfeiçoamento, estamos diminuindo a Renda Nacional”. Ou seja, quando o capital é destinado a parte material e estrutural da educação, com prédios e equipamentos é considerado um “investimento”, ao contrário quando é gasto com os professores é considerado “consumo”. Porém é necessário que sejamos firmes na luta, que não abaixemos a cabeça diante tamanha desvalorização, pois não podemos aceitar que pisem sobre os direitos que foram alcançados duramente e não doados ou mendigados.

UM OLHAR REFLEXIVO ACERCA DAS REAIS CONDIÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARCELINO VIEIRA/RN

É importante ressaltar que realizamos uma entrevista de perguntas abertas com uma professora da rede de ensino municipal, da cidade de Marcelino Vieira, neste caso, abordamos questões importantes e significativas que nos ajudaram a compreender um pouco mais os aspectos que envolve a docência, tanto no que diz respeito ao processo de formação, quanto na atuação e qualificação dos professores. Dessa forma, questionamos a professora: Você conhece o PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Salários) do seu município? Você tem conhecimento de que ele foi reformulado para atender as exigências do PISO? Quais as principais conquistas, avanços e retrocessos? Sua resposta foi audaciosa e realista, segue:

Tenho pouco conhecimento sobre o PCCS do nosso município. Percebe-se, porém, que apesar da resistência do gestor muita coisa já foi conquistada [...]. Em 2015, foi decretado pelo juiz desta cidade que fosse implantado o piso salarial, visto que desde 2012 esse reajuste e repasse não era feito, porém trouxe muitos pontos positivos e negativos, dentre eles alguns professores que já tinham atingindo uma letra maior tiveram que regredir, se igualando aos demais, e, foi extinto também a gratificação de alunos em sala de aula. (2016, FRANCISCA)

Ao lermos a resposta da professora nos entristecemos, pois algo que deveria ter sido implantado a alguns anos pelos representantes do poder público só veio a ser posto em prática a partir de 2015 por meio da ordem do juiz, isso nos mostra tamanha resistência e falta de compromisso por parte do gestor com os professores, o que conseqüentemente faz com que a professora reconheça a desvalorização existente em sua profissão. Nessa perspectiva, podemos afirmar que o PCCS e o Piso Salarial, tem como finalidade incentivar e melhorar a qualidade do desenvolvimento da educação como um todo, haja vista que busca dar “suporte” aos direitos dos profissionais da educação. Reconhecemos assim, que esta é uma trajetória de incansáveis lutas em prol do alcance dos direitos trabalhistas, e o que se é conquistado com tanto esforço, infelizmente “escorre” por reformas ditas positivas, por sujeitos que deveriam buscar cada vez mais incentivar e valorizar a profissão docente, já que é por esta que passa todas as demais profissões e ofícios.

O segundo questionamento visou instigar a reflexão sobre a formação inicial e continuada do professor, sendo assim questionamos: Como acontece o processo de formação inicial e continuada do magistério? Quais os limites e vantagens?

A valorização do magistério é de fundamental importância para o bom aprendizado dos alunos e sua consequente formação enquanto cidadãos inseridos na sociedade. Essa valorização não considera apenas o âmbito financeiro, mas também a concessão de boas condições de trabalho. Atualmente, no município em que trabalho as políticas de valorização profissional são poucas. Uma delas diz respeito ao plano de cargos, carreiras e salários do magistério que apesar de trazer avanços, ainda está aquém do que deveria ser. (2016, FRANCISCA).

Infelizmente, a valorização e o investimento direcionados ao professor ainda é utopia, pois assim como nos mostra a fala dessa professora, somos profissionais esquecidos, não apenas financeiramente, mas moralmente. O professor pode esperar os seus direitos, pode atuar em condições precárias de trabalho, enfim tem que enfrentar inúmeros outros fatores que não vem ao caso, mas mesmo assim continuará sendo colocado em segundo plano pelos governantes, pois estes querem ver o país/ a sociedade alienada diante as “falcatruas” postas. Porém acreditamos que mesmo não sendo valorizados financeiramente, os professores continuarão sendo os heróis das crianças, os pais para os filhos que não os tem, os psicólogos, os amigos, enfim, aquilo que falta e precisa ser completado por alguém que possa ser humano em meio a tanta desvalorização, por fim acreditamos que essa seja a maior valorização que poderíamos citar que estes profissionais tão bravamente conquistaram e vêm conquistando ao longo da sua trajetória profissional.

Nessa perspectiva buscamos refletir também acerca das políticas voltadas para o incentivo aos professores, neste caso questionamos: quais são as formas de incentivo que são dadas aos professores deste município no que diz respeito a qualificação profissional?

O município pouco tem oferecido no que diz respeito a qualificação dos professores, principalmente os profissionais de 4º e 5º ano. Investir na capacitação dos professores é importante para que estes acompanhem a evolução do modo como os alunos se relacionam com o mundo. Apendendo a utilizar novas tecnologias e novas abordagens para lecionar os conteúdos faz com que o aluno se concentre mais e aprenda com maior facilidade. (2016, FRANCISCA).

Como já foi abordado, o Estado tem por preferência investir em prédios, pois visa o retorno financeiro que para ele será maior, ao invés disso, deixa de investir na qualificação dos professores, já que considera tal investimento sem retornos lucrativos para o órgão estatal.

A dura realidade, é que muitos professores estão lecionando em salas de aula sem um incentivo mínimo por parte dos gestores, visto que deixa a desejar no que se refere a cursos, investimentos em materiais didático, e boas condições estruturais de trabalho, já que em muitas escolas do município tem infraestrutura lamentável. Na sociedade contemporânea, as necessidades

que um docente tem, vão de acordo com as “atualizações” encontradas no nosso cotidiano. Não é fácil para um professor que está em sala de aula há muitos anos, utilizando de seus materiais pedagógicos “ultrapassados”, se voltar para essa era tecnológica e passar a usufruir imediatamente, para isso, há necessidade de uma preparação, que deveria ser ofertada pelo Estado.

Buscamos também refletir sobre as dificuldades encontradas pela professora no que diz respeito a realização da sua prática pedagógica, por isso indagamos: Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos professores deste município no que se refere a disponibilidade de recursos didático-pedagógico?

A concretização de ações que tragam melhores salários e condições de trabalho para os profissionais do magistério são de difícil implementação porque, apesar de todos sabermos da importância que temos na formação profissional e cidadã de nossas crianças, somos considerados profissionais de “segunda classe” menos importantes que os médicos e advogados que nós ajudamos a formar. A falta de representação política e sindical forte além do crescente esvaziamento de recursos para a educação agravam o quadro. (2016, FRANCISCA).

Ser professor vai muito além do que está em sala de aula ministrando suas aulas, é o profissional que está diariamente se esforçando para mostrar que atua na docência porque teve uma formação; busca uma melhoria salarial, pois infelizmente ser professor é estar em uma profissão desvalorizada pela sociedade e pelo mercado de trabalho, não recebendo um salário digno à sua formação e qualificação; além disso, o professor tem uma carga horária elevada, e mesmo assim, não é gratificado como deveria ser e ao compararmos à docência com as profissões liberais, como médicos e advogados, sofremos uma grande decepção, pois ambos exercem a profissão por que antes tiveram um professor à frente em todo seu processo de formação.

Procuramos, também, saber da professora sobre os programas direcionados a escola, destacando o PDDE e se o mesmo atende as necessidades/melhorias da escola, então questionamos: Você tem conhecimento de que a escola que atua é contemplada com o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola)? Quais as melhorias que a implantação deste programa trouxe para a escola?

A escola onde atuo é contemplada com o PDDE. Esse programa em algumas gestões trouxe melhorias para a escola, já em outras deixou a desejar, mas no geral veio sanar vários problemas enfrentados pela escola. Tanto os professores quanto os alunos. O material de manutenção da escola para a escola é essencial para que haja um bom desenvolvimento das atividades e um ambiente de trabalho satisfatório. (2016, FRANCISCA).

A professora, deixa explícito que o funcionamento do PDDE variou de acordo com o gestor de sua cidade. E que por parte da escola, a administração dessa verba busca atender as

necessidades tanto dos professores quanto dos alunos, ou seja, visa as deficiências de todos. A professora, demonstra que para um trabalho satisfatório o ambiente de trabalho deve está favorável, deixando a entender que esse meio é também um incentivo para desenvolver um bom trabalho. Uma realidade muito triste de nosso país, o incentivo/motivação para com os profissionais da educação, e que essa necessidade parte desde os gestores municipais, até a autoridade maior. É de suma importância a implantação desse programa nas escolas, pois o mesmo atende a muitas necessidades em questões de infraestrutura física e pedagógica, visando assim melhor o desenvolvimento/rendimento de seus alunos.

Considerações Finais

Portanto, diante as discussões aqui apresentadas, acreditamos ser de grande importância a formação inicial e continuada dos professores, pois estes precisam para atuar nessa contemporaneidade que na cerca, de atualizações, de novos conhecimentos que se constroem não somente nas quatro paredes em sala de aula, mas nos debates construtivos com o novo, com a interação com o outro, já que é nesta formação continuada que o professor se torna construtor e reconstrutor de suas práticas educativas.

Vale salientar que, é preciso que haja uma maior valorização dessa categoria, tendo em vista que é esta que forma as mais “gabaritadas” profissões. De acordo com Freire (1985) ninguém nega o valor da educação e nem de um bom professor, porém ainda que os pais desejem que seus filhos tenham bons professores, poucos pais desejam que seus filhos sejam professores. A desvalorização da docência está explícita cada vez mais. Diante das dificuldades encontradas pelos profissionais, as lutas de décadas em busca de melhorias, há a sociedade que repreende, os órgãos estatais que não investem nesse meio, na qual acaba se tornando uma sucessiva “prova de resistência” para os professores atuarem em salas de aula e garantirem seus direitos.

A implantação dos PCCS e o Piso Salarial, mesmo tendo como finalidade atender as necessidades e buscar melhorias para os profissionais da educação, ambos passam por gestores municipais, estaduais e federais que muitas vezes dificultam esse processo. As escolas são afetadas com a lamentável infraestrutura física e pedagógica, acarretando problemas no rendimento do aluno e o no trabalho do professor.

Nessa perspectiva, o trabalho apresentado teve por finalidade exteriorizar a necessidade que se encontra de tomar medidas imediatas para com os professores, visto que seu trabalho não é valorizado, seu salário muitas vezes não está de acordo com a carga horária executada. No campo da área da educação, vale salientar, que os mestres muitas vezes não estão por dentro dos programas

executados ou não em seu local de trabalho, tornando-o assim, leigo diante de seus direitos e do que pode ser feito de melhorias no seu trabalho. Cabe aos gestores de cada cidade, buscar investir em cursos, conhecimentos, projetos, programas que influenciem na qualificação dos professores. Implantar seus direitos, e enfatizar a sua importância para o incentivo do desenvolvimento sujeito.

Referências

AGUIAR, Márcia Ângela da S. A formação dos profissionais da educação no contexto atual e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectiva. In: _____. (org.) **Plano Nacional de Educação: avaliação e perspectivas**. 2. ed. Goiás: Editora UFG, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED). **Resumo Técnico-Censo da Educação Superior de 2009**. Brasília: Inep, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Executiva. Secretaria Executiva. **CONAE 2010 – Construindo o sistema nacional articulado de educação: o plano nacional de educação, diretrizes e estratégias de ação**. Documento final. Brasília: BRASIL.MEC/SE/SEA, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. 16ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FRIGOTTO, G. **Tecnologia, relações sociais e educação**. Revista tempo Brasileiro. Rio de Janeiro. Abril. Nº 222. p. 89, maio 2009.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Conversa sobre iniciação a pesquisa científica**. ed. Alínea: Campinas, 2001.

MELCHIOR, J. C. A. **Financiamento da educação no Brasil numa perspectiva democrática**. *Cadernos de Pesquisa*, n.34, ago. 1980. P.39-83.

NÓVOA, Antônio. Escola nova. **A revista do Professor**. Ed. Abril. Ano. 2002, p,23.